7º SEMINÁRIO DE PESQUISA DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (ABRI)

12 A 14 DE DEZEMBRO DE 2024
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

AS RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO NA CHINA: OS NOVOS PARADIGMAS DA LUTA DE CLASSES NO CRESCIMENTO PUXADO PELAS INOVAÇÕES (2013-2023)

CASSIANO SCHWANTES CORRÊA (UFRJ)

PORTO ALEGRE
2024

A China, com a maior força de trabalho do mundo, contando em 2021 com aproximadamente 780 milhões de trabalhadores, apresenta singularidades nas suas relações entre o capital e o mundo do trabalho. A posição histórica e o modelo atual de funcionamento fazem da China na economia mundial um local em que o capital-trabalho atua de forma dinâmica. Autores afirmam que, por exemplo, o padrão chinês de exportação e prosperidade foi duramente atingido em 2008 e mais de 20 milhões de empregos foram eliminados em um curto espaço de tempo. Esse contexto específico se atrelou a um aumento de greves nacionais em todo o país e a luta de classes se potencializou. Um "Novo Normal" está em construção na China desde o estabelecimento do 12º Plano Quinquenal (2011-2015), um modelo econômico não mais puxado pelos investimentos em ativos fixos, exportações e altos índices de crescimento, mas pelas inovações tecnológicas autóctones e pelo consumo doméstico da população. O declínio dos empregos industriais, gerado desde 2008, disponibilizou uma sobrecapacidade de mão de obra disponível para a ascensão do setor de serviços formal e informal, ocasionando novas fórmulas para a relação capital-trabalho e para a nova geração de trabalhadores em formação, chamada aqui de terceira geração. Pela primeira vez, em 2010, os serviços ultrapassaram a manufatura como setor líder de empregos. Em consonância a isso, segundo o CLB (2024), os protestos no setor de serviços aumentaram drasticamente a partir de 2014/2015 e em especial na economia de plataformas, arrefecendo apenas com a chegada da pandemia. O Partido-Estado tem tentado garantir as linhas de funcionamento das relações capital-trabalho conforme os modelos de acumulação e crescimento via Planos Quinquenais se modificam, institucionalizando ao mesmo tempo a luta de classes via regulações não efetivas. Este trabalho questiona: quais as características da luta de classes na China que surgem com as novas roupagens do mercado de trabalho puxado pelo crescimento via inovações? O objetivo geral é mapear as agitações trabalhistas resultantes da luta de classes da terceira geração de trabalhadores chineses para elucidar as formas que a relação capital-trabalho está tomando no novo padrão de crescimento chinês puxado pelas inovações. Como objetivos específicos, pretende-se I) Analisar as gerações da classe trabalhadora chinesa a partir das Reformas Econômicas, entendendo a formação do mercado de trabalho chinês; II) Compreender a estruturação da relação capital-trabalho via padrões de crescimento, entendendo as novas formas de subsunção do trabalho ao capital e das agitações trabalhistas. Percebeu-se que apesar das melhorias materiais no mercado de trabalho chinês, a mudança nos padrões de crescimento continua trazendo novos desafios e novas formas de subsunção real ao capital (Marx, 1978), seja por meio da informalidade do setor de serviços que desemboca a partir de 2000, a formação de uma economia de plataformas com altos índices de produtividade do trabalho ou a partir da permanência do *hukou* como meio de constante precarização do trabalhador mesmo com as tentativas de reformas e urbanização do registro e dos trabalhadores migrantes. Nesse viés, a luta de

classes se torna fulcral para questionar as narrativas de perda de poder de barganha dos trabalhadores chineses e de centralização no Estado chinês como indutor isolado das conquistas da classe trabalhadora. Os protestos em massa que vieram à tona na década de 2000, chegando em 2004 a aproximadamente 74 mil protestos e 87 mil em 2005 se tornaram simbólicos na inflexão para a "sociedade harmoniosa". Os trabalhadores migrantes representaram a ascensão de um movimento de classes intenso no país que reivindicou maior abrangência das políticas de seguridade social. Desde 2000 o novo padrão de acumulação puxado pelas inovações foi se constituindo gradativamente para substituir o modo de acumulação das reformas e investimentos. Políticas como o *Made in China, Labor Contract Law*, o 12º e 13º Plano Quinquenal, *Minimum Wage Regulations* e as estratégias de inovação autóctone se tornaram os guias para o desenvolvimento da China entre 2000-2010 sob o novo padrão de acumulação e crescimento. Ressalta-se que o resiliente projeto da "sociedade harmoniosa" está dando espaço ao projeto de governo do presidente Xi Jinping do "Novo Normal", representando uma nova fase de funcionamento para as relações capital-trabalho, deixando a fase dos crescentes salários, bem-estar produtivista e altos índices de crescimento na década passada. Essa pesquisa parte de uma abordagem qualitativa que tenta aprofundar os conceitos gerais sobre um determinado grupo social, nesse caso a classe trabalhadora chinesa e sua relação com os modos de acumulação e crescimento. Como procedimento de abordagem, a pesquisa se configura dialética e parte de uma visão marxista para realizar uma análise sócio-histórica das gerações da classe trabalhadora chinesa, entendendo as características atuais das relações capital-trabalho. Discutir-se-á a relevância de conceitos sobre as condições de trabalho para a formação e configuração de uma nova geração de classe na China. Como pano de fundo dessa análise, temos as forças sociais, o Estado e o capitalismo global, sempre presentes (Cox, 2021; Marx, 1978; Silver, 2005). Para a coleta de dados, buscar-se-á por fontes primárias sobre o mundo do trabalho, como o *National Bureau of Statistics of China* (NBC). Para análises sobre as agitações trabalhistas chinesas, a pesquisa deve focar nas fontes como o *China Labor Bulletin* (CLB), além de fontes secundárias de artigos científicos e livros.

Palavras-chave: China; Luta de Classes; Agitações trabalhistas; Capital-Trabalho.

AS RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO NA CHINA: OS NOVOS PARADIGMAS DA LUTA DE CLASSES NO CRESCIMENTO PUXADO PELAS INOVAÇÕES (2013-2023)

Cassiano Schwantes Corrêa[1]

INTRODUÇÃO

Com a maior força de trabalho do mundo, contando com aproximadamente 788 milhões de trabalhadores (NBS, 2024), a China possui singularidades nas relações capital-trabalho desde a era das Reformas Econômicas de 1978, apresentando continuidades e rupturas com a luta de classes. A abertura relativa e controlada pelo Partido-Estado ao capital estrangeiro, os altos índices de investimentos públicos, a descampesinação e a urbanização (Nogueira, 2018), foram algumas das características que marcaram o nascimento de um mercado de trabalho na China e consequentemente de trabalhadores livres. Para Harvey e Chesnais (1992; 1996), a década de 1970 marcou uma transformação nos processos de acumulação do capitalismo global, promovendo uma maior flexibilização nas relações trabalhistas.

A quebra, por exemplo, do contrato socialista de proteção trabalhista[2] foi gerada pelo processo de privatizações das Reformas Econômicas, desencadeando grandes demissões e um desmantelamento significativo dos empregos nas tradicionais propriedades chinesas, como nas Comunas e *State Owned Enterprises* (SOE's) (Naughton, 2006). A partir disso, a China constituiu uma classe de trabalhadores voltada à lógica de mercado, ou seja, disponíveis para serem empregados nas nascentes empresas privadas no país. Muito simbólicas foram as fábricas-dormitórios de altas jornadas de trabalho, principalmente nas regiões costeiras das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) que muitos trabalhadores foram alocados. Estes, em maioria, saíram do campo não somente em busca de melhores condições de trabalho dentro do processo de urbanização, como também muitos foram expropriados de seus domicílios pelo Estado para constituir a classe proletária urbana (Majerowicz, 2022).

Esse marco inicial das Reformas formou a primeira geração de trabalhadores chineses sob o capitalismo global, caracterizada por um período de crescimento impulsionado por investimentos em ativos fixos (Nogueira, 2018), onde a formação das grandes fábricas de

---

[1] Mestrando no programa de pós-graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Pesquisador Associado do Laboratório de Estudos em Economia Política da China (LabChina/UFRJ).

[2] "Iron Rice Bowl" era o termo empregado no período maoísta para determinar um contrato trabalhista permanente aos trabalhadores.

manufaturas representou uma parte do processo de semiproletarização[3], urbanização, baixos salários e, também, das intensas agitações trabalhistas da classe trabalhadora chinesa (Friedman, et. al, 2022; Lee, 2018). Na China, apesar das discussões mundiais sobre o fim do trabalho, constituiu-se desde as Reformas como um epicentro de agitações trabalhistas que expressa a vivacidade da luta de classes e a mobilização de trabalhadores contra o tratamento como mercadorias, seja nos locais de produção ou no mercado de trabalho (Silver, 2005).

Após 2000, o Partido-Estado se esforçou em garantir legislações de proteção ao trabalhador após as imensas mobilizações trabalhistas que surgiram nos fins do século XX e início do século XXI. Segundo Majerowicz, Friedman e Lee (2022; 2010) ocorreu entre 2004 e 2005 aproximadamente 74 a 87 mil protestos dentro da China[4], ocasionando uma mudança na postura do Estado chinês que lançou o slogan da "sociedade harmoniosa" e instituiu programas incipientes de bem-estar social e de segurança para os trabalhadores, como aumento salarial, regulações trabalhistas e aumento de políticas públicas de seguridade social. (Nogueira, 2018; Friedman, et. al., 2022).

Para a Pun (2019), a década de 2008 foi marcada por uma geração de trabalhadores ainda dependente da semiproletarização que apesar de ter passado por melhorias salariais e de seguridade social, a divisão entre campo e cidade que constituiu a maioria da classe trabalhadora na figura dos migrantes por anos ainda se manteve. Não diferente, entre 2008 e 2012, houve intensas agitações trabalhistas em fábricas de manufaturas na China com casos de suicídios de trabalhadores, por exemplo, nas indústrias da *Foxxcon* (Friedman, et. al., 2022). em maioria, os trabalhadores destas agitações se constituíam de trabalhadores semiproletários, ou seja, migrantes sem proteção trabalhista.

A partir de 2008, e especialmente após 2013, a China promove mudanças no processo de crescimento econômico, focando não apenas em investimentos em ativos fixos, mas principalmente em inovações tecnológicas e na ascensão nas Cadeias Globais de Valor (CGV). Segundo Lee, Colombini e Nogueira (2018, 2024), tem-se na última década mudanças substanciais ocorrendo nas estruturas do trabalho chinês e na classe trabalhadora chinesa por meio das tentativas do Estado chinês em reduzir o *gap* entre o campo e as cidades, flexibilizando os trabalhadores migrantes para residirem nas cidades, além de estar investindo enormemente no setor terciário que é polarizado por empregos de alta e baixa qualificação, formais e informais, e precários. Por meio disso, a luta de classes se altera e novas dinâmicas

---

[3] Essa última categoria é um registro social criado em 1950 para regular os níveis entre camponeses e urbanos e que permanece desde então sendo utilizado como mecanismo para controlar e nivelar os processos de proletarização entre o campo e as cidades (Qi, 2019).

[4] Esses dados se divergem dos dados que serão apresentados do CLB (2024) pela ausência de divulgação oficial pela China.

aparecem para as agitações trabalhistas chinesas e para as constituições da classe trabalhadora.

Essa pesquisa tem como problematização entender quais as características da luta de classes na China que surgem com as novas roupagens do mercado de trabalho puxado pelo crescimento via inovações? O objetivo geral é analisar as agitações trabalhistas resultantes da luta de classes da terceira geração de trabalhadores chineses para elucidar as formas que a relação capital-trabalho está tomando no novo padrão de crescimento chinês puxado pelas inovações. Para isso, essa pesquisa exploratória adota uma abordagem dialética por partir de uma perspectiva marxista das relações capital-trabalho para entender suas correlações com a luta de classes, observando por meio de uma visão sócio-histórica a formação dos trabalhadores chineses desde 1978. A coleta de dados é bibliográfica e se baseia em artigos e livros sobre os tópicos da pesquisa, dados oficiais do Partido-Estado e de organizações internacionais também são utilizados para apresentar dados sobre o trabalho e as agitações trabalhistas.

A pesquisa se divide em três seções, sendo a primeira focada em analisar a construção do mercado de trabalho chinês, apresentando as nuances desde as Reformas Econômicas. A segunda seção é focada em apresentar as gerações da classe trabalhadora chinesa e suas características diante de seus respectivos modelos de acumulação. A última seção é para verificar as atuais configurações da luta de classes de uma nova geração de trabalhadores chineses sob o modelo puxado pelas inovações, mapeando as mudanças setoriais e regionais das agitações trabalhistas. Como pano de fundo dessa análise, temos as forças sociais, o Estado e o capitalismo global, sempre presentes (Cox, 2021; Marx, 2013; Silver, 2005; Pun, 2020; Swider, 2017).

1. A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA CHINA DURANTE AS REFORMAS ECONÔMICAS

A proeminência do mercado de trabalho na China apenas começou a se dar a partir da década de 1980 com a privatização guiada pelo lema “segurar as grandes, deixar as pequenas irem” permitindo o desmantelamento das Comunas e investindo duramente nas grandes estatais e no setor recém privado (Naughton, 2006). Isso gerou mudanças nas formas de propriedade por meio da entrada relativa, controlada, supervisionada e estrategicamente orientada pelo Partido-Estado, de capital estrangeiro. Como veremos, esse processo de “reestruturação” das propriedades garantiu o início de um regime de acumulação primitiva de capital impulsionado pela urbanização e pelas políticas massivas de investimento que,

também, geraram e sustentaram o chamado “crescimento puxado pelos investimentos em ativos fixos” (1978-2008) (Nogueira, 2018; Majerowicz, 2022).

O Estado chinês adotou diversas medidas para impulsionar a urbanização, incluindo a expropriação de terras no campo, a instalação de fábricas em regiões estratégicas e políticas de ajuste dos rendimentos agrícolas. Todavia, o que se deve destacar aqui é o processo de proletarização que se deu atrelado à queda no nível dos empregados do período maoísta. Majerowicz (2022) destaca como que as demissões das *State-Owned Enterprises* (SOE’s) e Comunas por meio do fim do “*Iron Rice Bowl*”, sistema de seguridade social e trabalhista do período maoísta (Li, 2011), garantiu uma intensa massa de trabalhadores para o nascente setor privado no país. Esse processo se deu atrelado, também, aos incentivos para que os camponeses saíssem do campo e formassem uma massa de trabalhadores semiproletários, logo que o *Hukou* não foi flexibilizado e a maioria dos trabalhadores migrantes se tornaram empregados precários e subcontratados nos grandes centros urbanos.

Segundo Swider (2017), no período anterior às Reformas, os trabalhadores já nasciam amarrados em suas classes sociais por meio de contratos desenvolvidos pelo Estado, como o *Danwei*[5] para o trabalhador urbano, e o *Hukou* para o trabalhador rural. Dessa forma, a segurança trabalhista e a qualidade de vida em geral destes trabalhadores era maior garantida pelo Partido-Estado, e a mobilidade dos trabalhadores quase não existia. Devido a isso, não havia antagonismos persistentes entre Classe-Estado (So, 2003). Entretanto, com as Reformas houve a necessidade de urbanização dessa massa de mão de obra ao mesmo tempo em que o Hukou não foi flexibilizado, constituindo trabalhadores migrantes informais e precários (Qi e Li, 2018; Naughton, 2006). Nos termos de Polanyi (1944), ocorreu a mercantilização do trabalhador urbano e se permitiu por meio das expropriações de terra, a proletarização do campesinato chinês (Majerowicz, 2022).

As reformas pós-1970, que incluíram demissões de trabalhadores permanentes e a absorção de trabalhadores migrantes nas empresas privadas por meio da semiproletarização, intensificaram a fragmentação de classes, estimulando ao mesmo tempo novas formas de luta contra o capital (So, 2003; Smith, Pun, 2018). A integração da China nas Cadeias Globais de Valor (CGV) possibilitou ao capital, mesmo sob controle do Partido-Estado, estabelecer uma lógica de alta mobilidade de produção por meio das grandes marcas globais de produção com baixos salários. Lee (2018) ressaltou que o regime de fábrica-dormitório, por exemplo, apenas se concretizou por conta da disciplinada, enorme e saudável classe migrante de trabalhadores

[5] É uma unidade de trabalho das empresas estatais que amarravam o trabalhador urbano a seus empregos por meio da providência de estabilidade de carreira, benefícios de saúde, educação, moradia e, um salário de subsistência (Swider, 2017).

chineses. Para Majerowicz (2022, p. 165), o trabalhador migrante é a “espinha dorsal do exército industrial ativo chinês” que estava em pleno desenvolvimento.

Segundo Nabuco (2012), 1978 foi um ano de intensa transformação para a classe trabalhadora chinesa e seu sistema tradicional de empregos:

> A política de reforma e abertura, iniciada em 1978 mudou dramaticamente a realidade dos trabalhadores chineses. O ingresso de grandes empresas estrangeiras, primeiro no sul do país e depois em cidades no extremo oriente chinês combinado com a escassez de terras agricultáveis e a vasta população no campo produziu o maior fluxo migratório da história recente mundial. Estima-se que cerca de 180 milhões de chineses migraram em busca de empregos na indústria do país. Eles encontraram péssimas condições de trabalho, um rigoroso regime na esteira das fábricas e baixos salários (Nabuco, 2012, p. 1).

O disciplinamento estatal do capital estrangeiro não conseguiu segurar a lógica de competitividade do capitalismo global e nem era o objetivo do Estado chinês. O setor privado e as empresas estrangeiras demandaram uma classe trabalhadora orientada às necessidades da lógica do mercado na China (Majerowicz, 2022). Segundo Painceira e Saludjian (2023), a integração única da China ao capitalismo global introduziu novas dinâmicas para o regime de acumulação mundial, principalmente devido à inserção de centenas de milhões de trabalhadores chineses na economia mundial. Mas, também para a China, trouxe também consequências em matéria doméstica de trabalho, logo que o regime de acumulação puxado pelos investimentos abriu espaço para o trabalho informal e a precarização, todos sem garantia inicial de segurança estatal. Estima-se, por exemplo, que 100 a 180 milhões de trabalhadores migrantes saíram do campo em busca de trabalho temporário urbano nos fins do século XX, em especial para as regiões costeiras do Leste e Sul da China, como Guangdong e Zhejiang (So, 2003; Li, 2011).

Não obstante, de 1990 a 2000 os salários urbanos e rendas rurais se mantiveram baixos em especial pelo regime exploratório das fábricas-dormitórios e pelas desapropriações que mantiveram o rendimento agrícola baixo. De modo geral a qualidade de vida dos trabalhadores chineses estava precária devido à quebra do *Iron Rice Bowl*, as intensas jornadas de trabalho, ausência de mediações capital-trabalho e um sistema de bem-estar quase inexistente. Não diferente, intensas mobilizações em massa de trabalhadores surgiram buscando, muitas, retomar os antigos empregos permanentes do período maoísta, como outras pediam a criação de direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho (Lee, 2018). Como resposta a isso, o Partido-Estado lançou o objetivo da “sociedade harmoniosa” com indícios de um novo padrão de crescimento e acumulação de capital a partir dos anos 2000 focando mais no desenvolvimento de políticas públicas para o setor doméstico do que somente por meio dos investimentos em ativos fixos e exportações (Braga, Nogueira, 2020).

Nesse viés, a luta de classes se tornou mais ativa na China e surgiram protestos em massa que vieram à tona na década de 2000, chegando em 2004 a aproximadamente 74 mil protestos (Majerowicz, 2022) e 87 mil em 2005 (Friedman; Lee, 2010). Os trabalhadores migrantes representam a ascensão de um movimento de classes intenso que reivindicou maior abrangência das políticas de seguridade social (Nogueira, 2018). Em consequência e como apresentado, o Partido-Estado mudou sua estratégia e se voltou a reproduzir um sistema de bem-estar que, nas palavras de Nogueira (2021, p. 5), se denomina de "produtivista" com caráter de garantir políticas de seguridade social via investimentos públicos e regulações trabalhistas, iniciando um processo de maturidade do crescimento puxado pelos investimentos e se focando, incipientemente, em transformar suas políticas para um crescimento puxado pelo consumo doméstico e por inovações que garantam novos padrões de acumulação.

2. A CLASSE TRABALHADORA CHINESA DIANTE DO CRESCIMENTO PUXADO PELOS INVESTIMENTOS (1978-2013)

Marx levantou o termo de "precário" ao se referir aos trabalhadores que sofriam com o aumento da pressão da produtividade advinda dos regimes de acumulação e mobilidade do capital, sendo esses últimos necessários para a reprodução do capitalismo (Marx, 2013, Livro I, p. 876). Essas dinâmicas continuam sendo a essência do mundo do trabalho atual, em especial diante de um processo intenso de globalização em que, nas palavras de Silver (2005), há uma "hipermobilidade do capital" que obriga os trabalhadores a competirem entre si. Essas características são próprias do regime de acumulação global que surge em 1970 diante do fim do fordismo[6] e ascensão da flexibilização (Harvey, 1992; Chesnais, 1996). Mas não somente, Marx (1978) já apresentará sobre as formas com que o capital se modifica com os diferentes processos históricos, onde a subsunção do trabalho ocorre por meio de estruturas constantemente mutáveis, especialmente com a modernização tecnológica recorrendo a novas contradições e moldes de exploração (Colombini, 2022).

Para Pun (2020), as constantes transformações nos padrões de crescimento na China estão inteiramente ligadas com as relações de classe. Considerando os modelos de acumulação e desenvolvimento, destaca-se a primeira geração de trabalhadores chineses a partir das Reformas e que são caracterizados pelas intensas jornadas de trabalho das fábricas-dormitórios e os baixos salários. Calcula-se, por exemplo, uma média de 50 milhões de trabalhadores demitidos das estatais no início das Reformas até 1999 (Braga, Nogueira,

[6] Modelo de produção e acumulação caracterizado por um regime rígido de trabalho com baixa especialidade, linhas de produção estabelecidas, e intensa produtividade e consumo (HARVEY, 1992).

2020), o que foi essencial para gerar uma explosiva massa de informalidade diante da maior migração de trabalhadores do campo para as cidades que existiu (Majerowicz, 2022; Pun, 2020). Para Friedman e et. al. (2023), a classe trabalhadora chinesa se encontrou em um regime extremamente exploratório e dependente da representação da Federação dos Sindicatos da China (FSC) que estava restringida ao Partido-Estado e às mudanças estruturais com participação do capital estrangeiro.

Assim, o que predominou desde as Reformas até meados de 2013 foi a semiproletarização do trabalhador migrante a partir de seu constrangimento nas cidades, logo que não possuem até hoje a liberdade social para se manter em empregos formais no setor urbano, caracterizando um trabalhador duplo que mantém relação com o campo para sua reprodução social (Qi, 2019). Segundo Smith, Pun e Lee (2018), a China é singular por suas instituições, como o *Hukou*, que impedem a plena consolidação de uma classe trabalhadora, fragmentando a luta de classes em diferentes níveis.

Mas, apesar das fragmentações, contabilizou-se segundo Silver e Zhang (2009) um total de 10 mil agitações trabalhistas somente em 1993, partindo para aproximadamente 60 mil em 2003. Neste período de crescimento puxado por investimentos em ativos fixos, as reivindicações foram pautadas em melhores condições econômicas, como proteção trabalhista e melhores salários (Chen, Tang, 2014), muitas ainda partindo do ideário maoísta do *Iron Rice Bowl* logo que essa primeira geração ainda era composta por trabalhadores antigos das SOE's e Comunas.

A partir dos anos 2000, o Estado chinês instaura a necessidade de uma "sociedade harmoniosa" que garanta investimentos nacionais via políticas públicas de bem-estar social e implemente leis trabalhistas, além de garantir um piso nacional de salário mínimo em 2004 por meio do *Minimum Wage Regulations* (Nogueira, 2018; Friedman, et. al., 2023; Li, Lin, 2018). Houve melhorias significativas na qualidade de vida dos trabalhadores, onde Braga e Nogueira (2020) apresentaram um aumento salarial cresceu de 2004 a 2018 em 255%, de forma que se intensificou o consumo doméstico, o acesso a bens de consumo duráveis e a própria participação de trabalhadores urbanos em grandes cidades. É nessa década que começa a surgir uma segunda geração, muito mais consciente de seus direitos dentro do sistema econômico vigente e com mais acesso a consumo e bem-estar mínimo.

Apesar das conquistas materiais, a formação da primeira e segunda geração dos trabalhadores chineses ainda estava à mercê da fragmentação campo-cidade, onde a imposição do *Hukou* separou o trabalhador migrante de sua completa inserção no mercado e acesso a direitos mínimos:

> A constituição da classe operária chinesa durante as décadas de 1990 e 2000 impôs às famílias uma dependência simultânea tanto da agricultura familiar como do emprego assalariado industrial para cobrir os custos de vida (Wen; Yang, 2016). Ao mesmo tempo que as

> famílias camponesas dependiam da renda do trabalho assalariado industrial, os operários dependiam dos serviços sociais do campo e da renda da agricultura familiar nos períodos que estavam sem contrato válido. Devido à institucionalização e legalização dos contratos urbanos de curto prazo, os trabalhadores migrantes deveriam regressar ao local de nascimento ou encontrar outro contrato de trabalho temporário, não criando vínculos sociais e de classe nos locais de trabalho (Lee, 1998; Solinger, 1999). Essa constituição híbrida do semi-proletário chinês não ocorreu apenas do ponto de vista da sua renda, mas também por meio de uma fragmentação da própria constituição da sua sociabilidade e da sua consciência de classe (Colombini, Nogueira, 2024, p. 6).

Em 2008 as agitações trabalhistas em grandes fábricas de manufaturas alcançaram significativamente o pico de 150 mil (Silver, Zhang, 2009). Para Pun (2019), mesmo com os expressivos avanços do desenvolvimento econômico chinês, algumas contradições se aprofundaram, como por exemplo o gap rural-urbano e as desigualdades de renda entre as classes. Esses fatores causaram pressões para a classe trabalhadora que respondeu com grandes resistências entre 2008 e 2013, onde o capital, devido também a crise financeira mundial, realocou-se fechando fábricas e ajustando-se espacialmente em busca de regiões com menores custos de trabalho (Lee, 2018).

Com as grandes agitações de 2010, percebeu-se o esgotamento do padrão de crescimento econômico focado somente em investimentos de manufaturas e baixos salários, muito conhecido como o *Made in China*, para que se iniciasse um novo padrão puxado pelo *Made by China* onde as inovações tecnológicas e as subidas nas CGV fossem impulsionadas por marcas nacionais (Colombini, Nogueira, 2024), incentivando a informatização da sociedade e formando uma sociedade de consumo aos moldes chineses. Nesse processo, até mesmo o capital começou a se alocar dentro da China para regiões com menores custos de trabalho e de baixa industrialização (Huang, Zhang, et. al, 2022).

Conforme Zhou (2022, p. 6), uma economia impulsionada pela inovação visa ajustes no capital, promovendo novas formas de subsunção do trabalho e gerando redefinições na classe trabalhadora:

> [...] reduzir o excesso de capacidade, especialmente em setores estatais de baixa eficiência, para erradicar a pobreza e estabelecer sistemas agrícolas e industriais modernos em zonas centrais e ocidentais subdesenvolvidas regiões (Zhang, 2014), e para reduzir o fosso rural-urbano e impulsionar o consumo, promovendo urbanização, com a taxa de urbanização definida para atingir 60% até 2020 (Zhou, 2022).[7].

[7] "[...] aim to reduce overcapacity, especially in low-efficiency state-owned sectors, to eradicate poverty and establish modern agricultural and industrial systems in undeveloped central and western regions (Zhang, 2014), and to reduce the rural–urban gap and boost consumption by promoting urbanization, with the urbanization rate set to reach 60% by 2020" (nossa tradução).

Em termos do mercado de trabalho, alterou-se os setores chaves de empregos das manufaturas para o setor de serviços (NBS, 2024), sobretudo trazendo consigo novas formas de flexibilização do *Hukou* a fim de incentivar a urbanização massiva, criando empregos polarizados tanto de alta e baixa qualificação, como também entre formais e informais. Essas transformações estão ocorrendo desde 2013 e estão representando novos desafios para a própria classe trabalhadora e a luta de classes, para alguns autores, como Pun e Colombini e Nogueira (2019; 2024), novas características estão em formação para os trabalhadores chineses, onde também as agitações trabalhistas são afetadas, como será discutido no último capítulo.

3. PRECARIZAÇÃO E INFORMALIDADE? O CRESCIMENTO PUXADO PELAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS (2013-2023)

O crescimento chinês nos últimos anos vem gerando novas características para as relações capital-trabalho. Nas palavras do presidente Xi Jinping, esse novo período é chamado de "Novo Normal"[8], onde novas características de desenvolvimento surgem, como: a redução do crescimento do PIB, a formação de novas estruturas de emprego, a redução do fosso entre os trabalhadores migrantes e urbanos e o aumento do processo de urbanização (Friedman, et. al. 2022; Lee, 2018, Qi, 2018; Aglietta, Bai, 2016). Os objetivos almejados e alcançados nos Planos Quinquenais recentes projetam a nova fase de desenvolvimento da China, a qual gera automaticamente novas contradições entre o capital e o trabalho. Os conflitos, aqui entendidos a partir das agitações trabalhistas, também assumem novas formas conforme a tendência estrutural do processo de acumulação se altera. Estas transformações estruturais também resultam em novas dinâmicas para com as formas de resistência dos trabalhadores, em especial seguindo os ajustes espaciais e setoriais do capital.

Para Lee (2018) o novo regime de crescimento, que coloca as inovações tecnológicas como propulsoras de crescimento, potencializa novas formas de precarização nos diferentes setores da economia interna chinesa[9], principalmente nos setores de construção civil, serviços e manufaturas. Em maioria, desde 2005, esses empregos setoriais foram sendo colocados à disposição por meio das plataformas digitais apoiadas e financiadas pelo Partido-Estado.

---

[8] The "new normal" is the label China's leaders use to describe the growth regime they are aiming for, with a growth rate decelerating to an average of 5% in the decade of the 2020s, a steady increase in average income, and reduced inequalities due to a restructuring of the production system towards domestic demand, innovative industries, and development of formerly backward regions (Aglietta, Bai, 2016, p. 3).

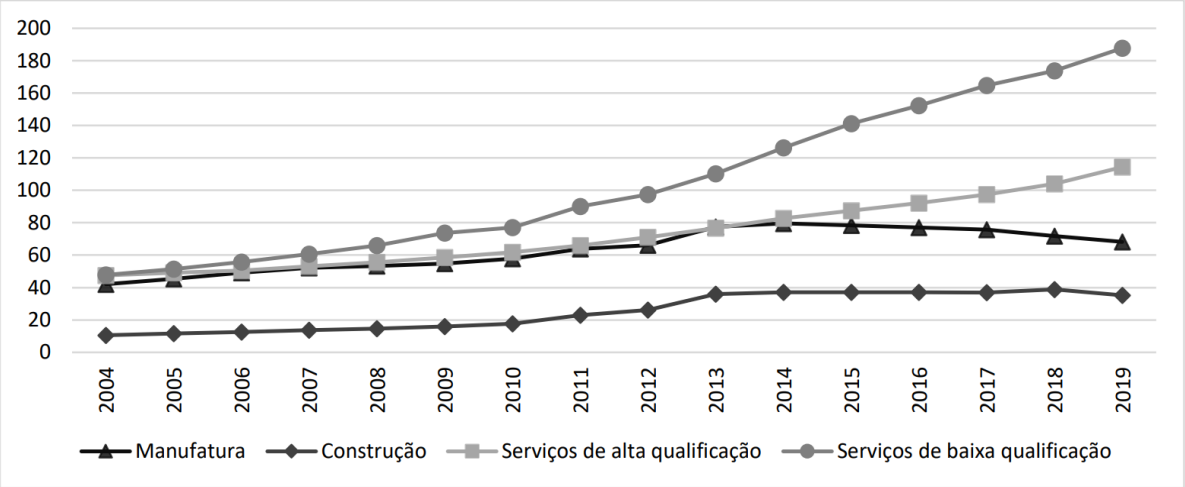
[9] Para Swider (2017, p. 25), "o trabalho informal é um tipo de trabalho precário, mas nem todos os trabalhos precários são informais#". Já para Lee (2018), Pun e Smith (2018), a precariedade e a informalidade são termos relacionais, porém que não devem ser fixados como conceitos universais já que dependem de contexto, localidade, e outros cenários de observação para sua aplicabilidade.

Segundo Chen (2021), o controle do ritmo da acumulação de capital que as autoridades promovem em conjunto do desenvolvimento interno e externo está ligada com o desenvolvimento de uma economia puxada por inovações:

> Na China, o desenvolvimento de plataformas digitais de trabalho ocorreu com um apoio governamental significativo, especialmente por parte dos meios de comunicação patrocinados pelo Estado, que posicionaram as plataformas de trabalho tanto como uma inovação de mercado como como uma oportunidade de emprego. Este desenvolvimento é visto como particularmente promissor para os jovens que entendem de tecnologia e precisam de trabalho remunerado.1 À semelhança do discurso em muitos países ocidentais, o trabalho em plataformas é visto como uma nova via para promover a liberdade e a flexibilidade do trabalho e uma melhor forma de combinar os talentos dos trabalhadores com as necessidades do mercado. 2 O governo adoptou esta posição já em 2006, menos de um ano após a introdução da primeira plataforma da China, K68.cn. 3 Desde então, foram transmitidos mais de 100 programas de televisão chineses que promovem o trabalho em plataformas (Chen, 2021).

Essas novas tendências do crescimento puxado pelas inovações geraram também mudanças na estrutura de empregos do mercado de trabalho chinês. A figura 01 apresenta as mudanças setoriais urbanas dos empregos na China de 2004 a 2019, onde a predominância das manufaturas, característica do crescimento puxado pelos ativos fixos, começa a dar espaço ao longo dos anos aos empregos polarizados do setor terciário de alta e baixa qualificação. Essa mudança se dá pela transição do crescimento econômico agora puxado por tecnologias autóctones e pelos incentivos ao consumo doméstico, o que foca em trabalhos de serviços. Em 2013 efetivamente têm os empregos de serviços ultrapassando as manufaturas, a qual começa a decair expressivamente de aproximadamente 80 milhões de empregados em 2014 para 60 milhões em 2019.

FIGURA 01. MUDANÇAS DO EMPREGO URBANO POR SETOR NA CHINA (2004-2019).



Fonte: Extraído de Colombini e Nogueira (2024, p. 10).

Para incentivar as novas estruturas do modelo de crescimento, a flexibilização do *Hukou* tem sido importante para atrair trabalhadores migrantes para as cidades a fim de ocupar os empregos de serviços, como comércio, varejo e plataformizados, como também para aumentar o consumo nacional. Há em transformação a constituição dos migrantes semiproletarizados em trabalhadores completos nas cidades chinesas, logo que agora não são mais fragmentados por suas localidades de origem mas sim são por seus postos de trabalho, o que decorre do acesso que estes trabalhadores migrantes começaram a ter a sistemas de seguridade, como previdência social.[10] A partir disso, a fragmentação formal e informal começa a delimitar também por meio da polarização salarial quem contribuirá mais e receberá o melhor seguro, segmentando a classe trabalhadora e construindo novas formas de subsunção do trabalho ao capital.

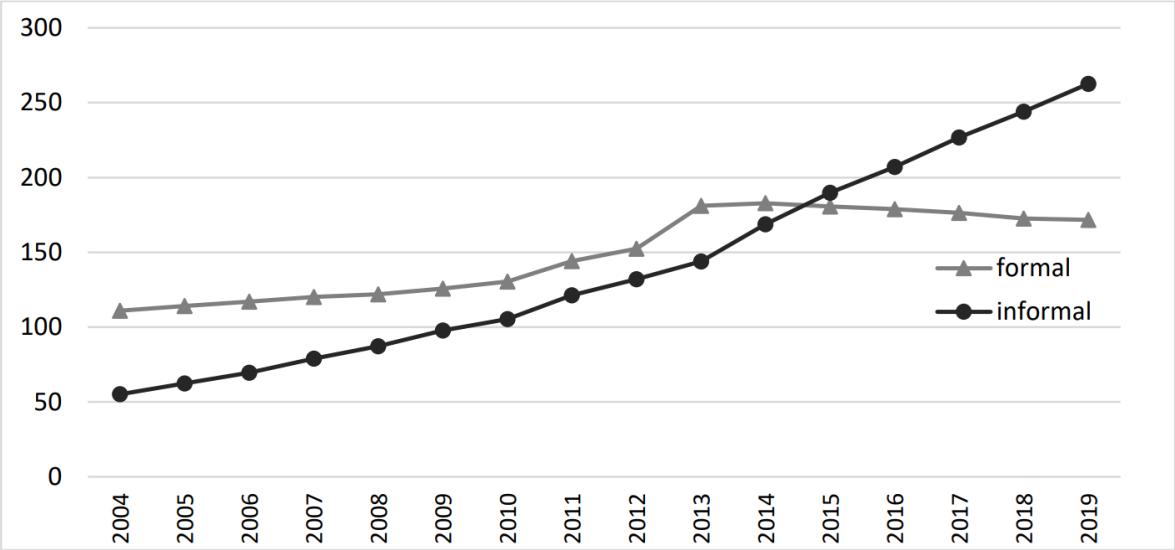
Rozelle, Xia e et. al. (2020) apresentam que de 225 milhões de trabalhadores migrantes em 2008, esse número saltou para 288 milhões em 2018, um crescimento de 78% no total. Ao mesmo tempo, cresceu os empregos informais na China que partiram de 55 milhões em 2004 para 227 milhões em 2017. A figura 02, sintetizada por Colombini e Nogueira (2024), expressa a ascensão da informalidade a partir de 2013, ultrapassando o número de empregos formais em 2015. Para além disso, os empregos do setor secundário, como manufaturas, cresceram aproximadamente 2% de 2010 para 2017, enquanto que os empregos no setor terciário cresceram 32% no mesmo período. Esses dados apenas servem para ilustrar a mudança no padrão do desenvolvimento chinês que afeta diretamente as forças do trabalho e, em consequência, as próprias reivindicações dos trabalhadores e suas constituições.

[10] Desde 2008 novos trabalhadores migrantes entram no mercado de trabalho e são, em sua maioria, os nascidos após 1980 em que as condições atuais de trabalho e qualidade de vida são qualitativamente melhores que a de seus antecessores.

A maioria dos empregos informais de baixa qualificação está disponível para trabalhadores migrantes, que recentemente passaram a ter acesso a sistemas mínimos de seguridade social mínimos, logo os empregos formais de salários mais altos ficam para trabalhadores qualificados, o que gera uma polarização salarial que aumenta o fosso urbano ao mesmo tempo que reduz entre o rural-urbano:

> Em resumo, pouco tempo depois que os salários passaram a crescer de maneira sustentada e a regulamentação do trabalho melhorou as condições gerais do semi-proletariado na China, novas formas de subsunção do trabalho ganharam forma. A queda no trabalho industrial e o rápido crescimento dos serviços informais geraram novas formas de exploração, subjetivação e constituição da classe trabalhadora. Ao invés de a precarização depender da fratura urbano-rural, agora a divisão aparece de maneira mais evidente entre trabalhadores formais e informais. Mas mais uma vez, tanto antes quanto agora, o limite entre o que é um trabalhador ativo e o exército de reserva é absolutamente tênue (Colombini, Nogueira, 2024, p. 12-13).

FIGURA 02. EMPREGO URBANO FORMAL E INFORMAL NA CHINA (2004-2019).

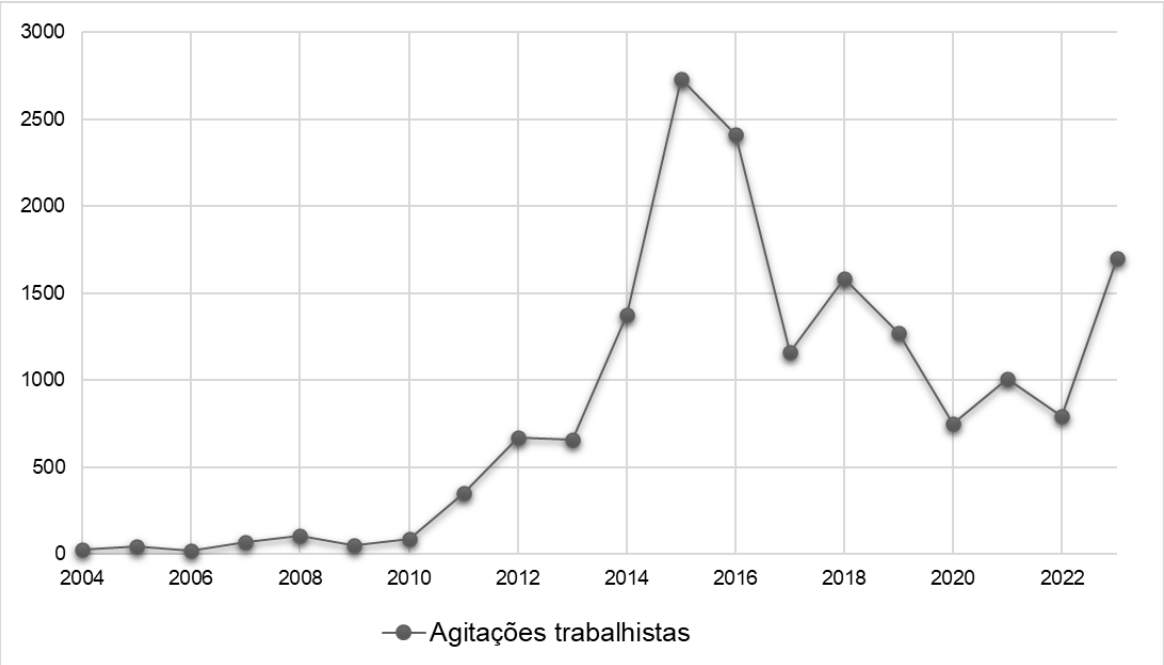


Fonte: Extraído de Colombini e Nogueira (2024, p. 11).

Portanto, o que se tem para ilustrar em última instância são as agitações trabalhistas chinesas de forma breve no século XXI, de maneira a apresentar que independente das realizações no âmbito do regime de bem-estar social chinês, o capital em consonância das metas de crescimento do Estado formula constantemente novas contradições para a balança de poder para com a classe trabalhadora (Lee, 2018; Friedman, Pun, 2018).

O gráfico 01 apresenta os dados relativos das agitações trabalhistas, retirados do CLB (2024)[11], onde se tem picos a partir de 2008, chegando a quase 3 mil agitações em 2015. Esse período após 2008 foi marcado por intensas mobilizações, como nas simbólicas fábricas da *Honda, Yue Yuen e Foxxcon* em que trabalhadores exigiram melhores condições de trabalho e pagamento de atrasos salariais e que até casos de suicídios foram relatados (Lee, 2018). Essa onda de protestos e greves se alastrou pela China até 2015 e se concentrou no setor de manufaturas e construção civil, com a porcentagem no setor de serviços ultrapassando as manufaturas somente em 2014, especificamente, chegando a mais de 500 agitações no ano.

GRÁFICO 01. AGITAÇÕES TRABALHISTAS NA CHINA (2004-2022).



Fonte: Elaboração própria via dados do CLB (2024).

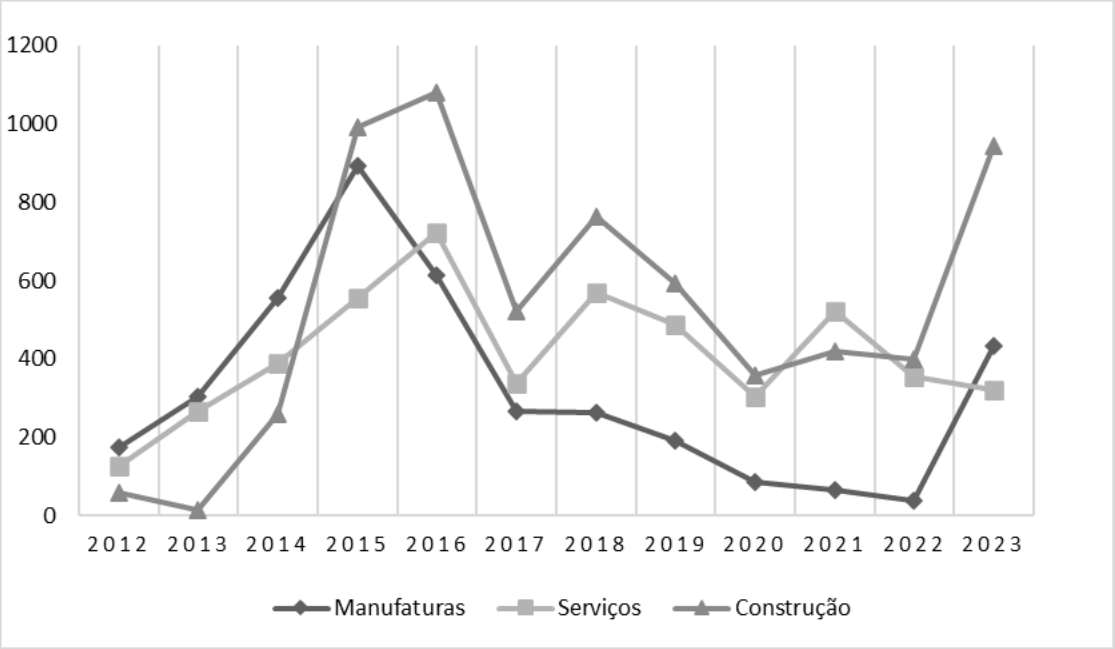
Para Smith e Pun (2018; 2019), a permanência da luta de classes na China por meio destas agitações pode estar demonstrando uma geração de trabalhadores mais engajados em reivindicar melhores condições contra o capital e o Estado. Apesar de uma estagnação das agitações de 2015 para cá, muito devido a pandemia e à atuação do Estado chinês, os autores destacam ser uma geração de trabalhadores com maior consciência de classe, em especial devido ao processo de precarização do trabalho que se apresenta aos trabalhadores plataformizados e de serviços que ainda possuem pouca regulação e recebem salários menores do que o setor formal (Zhou, 2022; Colombini, Nogueira, 2024; Rozelle, Xia, et. al.,

[11] Os dados do CLB (2024) não são absolutos e oficiais, servem apenas para criar tendências em consonância das determinantes do mercado de trabalho e do desenvolvimento chinês. Ressalta-se que o Estado chinês parou de divulgar os dados referentes a “incidentes em massa” em 2004 (CLB, 2024).

2022). Para Lee (2018), na medida em que cresce a economia puxada pelas inovações no âmbito nacional, mais pressionada fica a linha tênue entre capital e a reprodução social da classe trabalhadora.

O gráfico 02 abaixo mostra as agitações trabalhistas entre 2012 e 2023 por setor, onde se tem o pico dos serviços a partir de 2014 chegando a quase 600 agitações e, ao mesmo tempo, o declínio das manufaturas até o fim da pandemia, onde diversas fábricas alocaram-se e fecharam, ocasionando novos centros de protestos e greves no setor. Dentro dos serviços, o que se tem predominantemente são trabalhadores de aplicativos, saneamento e de transportes reivindicando pautas referentes a atrasos salariais, compensações e corte de custos de seus empregadores (CLB, 2024).

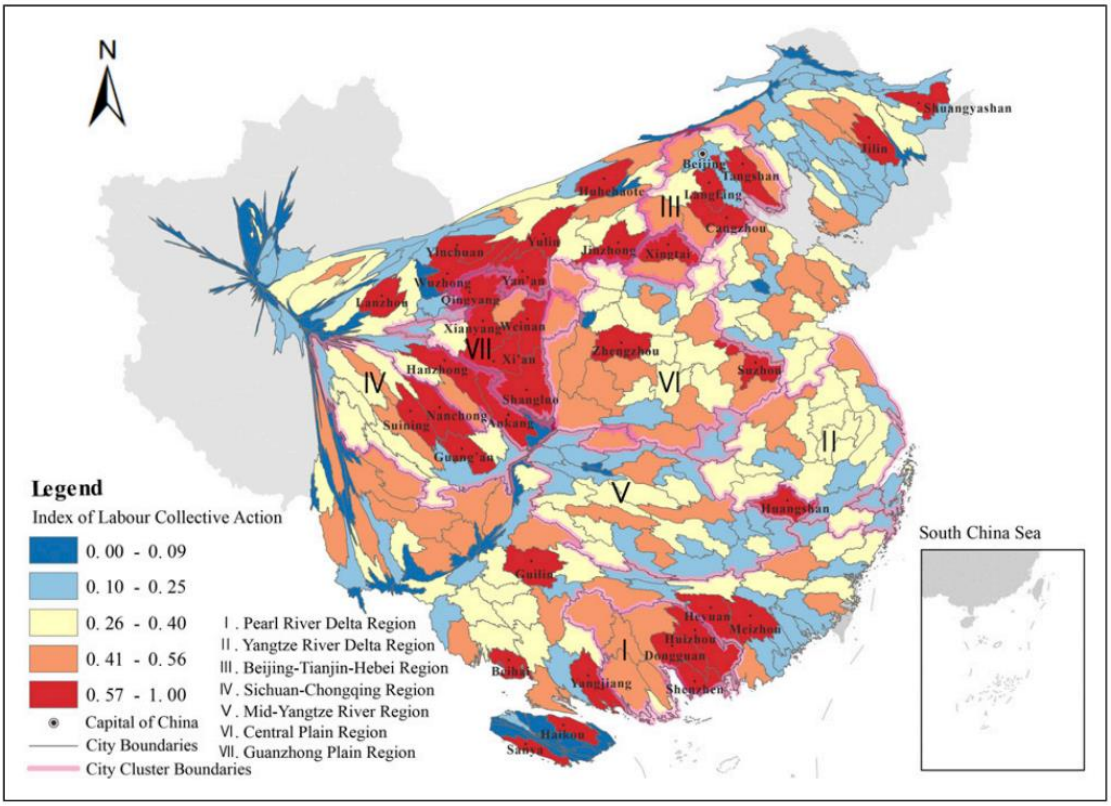
GRÁFICO 02. AGITAÇÕES TRABALHISTAS POR SETOR NA CHINA (2012-2023).



Fonte: Elaboração própria via dados do CLB (2024).

A figura 03, retirada de Huang, Zhang, et. al. (2022) apresenta o mapeamento de 2011 a 2020 das agitações trabalhistas e a incidência por regiões, onde se tem uma concentração em determinadas regiões importantes a serem destacadas, como: I) Pearl River Delta, região tradicional de instalação das ZEE's e das grandes manufaturas da China, permanecendo até 2023 como maior centro de agitações trabalhistas; após, tem-se a região III) Beijing-Tianjin-Hebei (BTH), a qual está se consolidando como grande polo tecnológico urbano nos últimos anos, e por último, a região VII) Bacia de Guanzhong, próximo a província de Shaanxi. Essas duas últimas regiões estão registrando agitações na última década por conta, também, da mudança do regime de crescimento e empregos das manufaturas para os serviços.

FIGURA 03. MAPEAMENTO DAS AGITAÇÕES TRABALHISTAS (2011-2020).



Fonte: Extraído de Huang, Zhang, et. al. (2022).

O que se tem nessas regiões, como BTH e Pearl River Delta são regiões já industrializadas e que possuem tradicionalmente altas taxas de agitações trabalhistas, com especificidades em determinadas cidades de industrialização tardia na região de Tianjin e Hebei. Já a Bacia de Guanzhong se diferencia por possuir cidades ainda em processos de industrialização lenta e que possuem atualmente o setor terciário como motor das economias locais, o que explica as altas taxas de mobilizações em conjunto da alteração dos empregos das manufaturas para os serviços. De modo geral, o que tem é uma incipiente interiorização das agitações trabalhistas, partindo das regiões predominantes de agitações na costa Leste e Sul da China para regiões da China Central e Norte. Essas características seguem o capital em suas realocações dentro da China, visivelmente buscando ajustes espaciais e de setores (Huang, Zhang, et. al., 2022; Silver, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a influência da China no cenário nacional e internacional é um desafio, devido aos seus modelos únicos e bem-sucedidos de crescimento econômico. Para isso, verificar as bases históricas da estrutura econômico-social chinesa é fundamental para

entender os padrões e determinantes dos processos históricos, e a luta de classes nesse contexto é indispensável após as Reformas Econômicas de 1978 e seus modelos que orientaram a economia chinesa desde então. Os regimes impulsionados por investimentos, exportações e inovações, característicos dos últimos anos, tiveram impactos diretos nas relações capital-trabalho, levando a um aumento das agitações trabalhistas e a mudanças frequentes nas condições da classe trabalhadora.

A classe trabalhadora chinesa, especialmente, possui um histórico de lutas que remonta ao início do século XX (Silver, 2005). Essas lutas se intensificaram após a reprodução do capital estrangeiro nivelado pelo Partido-Estado via empresas multinacionais na China. A primeira geração de trabalhadores chineses após 1978 foi caracterizada por inúmeras explorações diretas via demissões, altas jornadas de trabalho nos regimes de fábricas-dormitórios e salários baixos, além do sistema de localidade. Esse processo de semiproletarização do camponês chinês ocorreu de forma abrupta, alinhado apenas às lógicas de mercado e ao capital estrangeiro sob orientação do Partido-Estado. Para Marx (2013), o processo de proletarização e intensificação da competitividade via processos de acumulação são preceitos para precarizar o assalariado e os semiproletarizados - no caso chinês.

Esta pesquisa constatou que os modelos de desenvolvimento econômico estão diretamente relacionados às estruturas de emprego e ao mercado de trabalho chinês. O modelo puxado pelas inovações representou também uma mudança na ignição da trajetória chinesa que apresentou limites do crescimento puxado somente pelos investimentos em ativos fixos. A transição do modelo *Made in China* para *Made by China* trouxe novos desafios diretos para as relações de classe, demonstrados pela ascensão do setor terciário e de serviços informais, os quais impõem novas dinâmicas nas estruturas de emprego e aumentam a competitividade entre os trabalhadores, gerando formas contemporâneas de subsunção do trabalho ao capital, reproduzindo a precarização e a informalidade dos empregos como foi apresentado pelos dados.

As mudanças nas condições dos trabalhadores migrantes, que constituem a espinha dorsal da classe trabalhadora chinesa, refletem a forma como o capital adapta as relações de subsunção para atender às novas exigências econômicas. Do *hukou* para a informalidade, a precarização da classe trabalhadora, independentemente do modo de produção vigente, está presente e em reprodução, ocasionando grandes respostas aos moldes de resistência contra o capital. Da predominância de agitações nas SOE's e Comunas em 1990, para as grandes manufaturas de 2008 até as plataformas digitais e serviços no geral atualmente. As agitações trabalhistas representam movimentos importantes para compreender a luta de classes e suas mudanças nas mais diversas ramificações dentro da China, e principalmente seguindo a linha de Silver (2005) de que [...] "para onde o capital for, o conflito capital-trabalho segue".

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, Michel. BAI, Guo. China's 13th Five-Year Plan. In Pursuit of a "Moderately Prosperous Society". **CEPII – Policy Brief**. No 12 – September, 2016.

BRAGA, João Pedro. NOGUEIRA, Isabela. Mercado de trabalho e salário mínimo na China. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 49-72, dez. 2020. http://doi.org/10.5007/2177-5230. V. 35, nº 77, p. 49-72. 2020.

CHEN, Por (Vincent) Yiu. **Online digital labour platforms in China Working conditions, policy issues and prospects.** ILO Working Paper 24. International Labour Organization - ILO. Janeiro, 2021.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana Fini. São Paulo: Xamã. 1996.

CLB. **CHINA LABOUR BULLETIN**, 2024. Disponível em: https://clb.org.hk/en

COLOMBINI, Iderley. The New in the Old: Subsumption and Reserve Army on Digital Platforms**. International Critical Thought**, 13:3, 311-329. 2023.

COLOMBINI, Iderley. Novas formas de subsunção e exército de reserva no trabalho através de plataformas digitais. **Sociedade Brasileira de Economia Política.** 2022.

COX, Robert. Forças sociais, Estados e ordens mundiais: além da teoria de Relações Internacionais. **OIKOS**, Vol. 20, n. 2. pgs 10-37, 2021.

FRIEDMAN, Eli.; LEE, C.K. Remaking the World of Chinese Labour: A 30-Year Retrospective. **BJIR: An International Journal of Employment Relations**. Vol 48, nº 3. 507-533, 2010.

FRIEDMAN, Eli. *Et al*. A questão chinesa: **luta de classes na China atual**. 1º ed. São Paulo: Contrabando Ed. 2022.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Trad. SOBRAL, Adail Ubirajara e GONÇALVES, Maria Stela. São Paulo: Loyla, 1992.

HUANG, Gengzhi. ZHANG, Xiaolin. et. al. Where in China is the labour unrest rising? Visualising workers' collective actions in mainland China. **EPB: Urban Analytics and City Science**, Vol. 49 (7) pp. 2029–2031. 2022.

LEE, C.K.; China's Precariat. **Globalizations**, 16 (2): 137-154. 2018.

LI, Shi. LIN, Carl. Minimum Wages in China: Overview and Key Findings. IN: LI, Shi. LIN, Carl. (Org.) **Minimum Wages in China: Evolution, Legislation, and Effects**. Palgrave Macmillan. Springer Singapore. 2020.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. Livro I, Capítulo VI (inédito) In: **O Capital**. São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1978.

MAJEROWICZ, Esther. Do campesinato ao exército industrial de reserva: proletarização e determinação salarial na China. p. 149-222. IN: MAJEROWICZ, Esther. PARANÁ, Edemilson. (Org.) **A China no capitalismo contemporâneo**. 1º ed. Expressão Popular: São Paulo, 2022.

NABUCO, Paula. As "recentes" greves na China. **Outubro,** Vol**.** 20, p. 71-92, 2012.

NAUGHTON, Barry. **The Chinese Economy: transitions and growth**. The MIT Press Cambridge, 2006.

NBS. NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA: **CHINA STATISTICAL YEARBOOK**. 2024.

NOGUEIRA, Isabela. O Estado na China. **Revista OIKOS.** v. 2, n. 1, p. 6-16, jan./abr. 2021.

NOGUEIRA, Isabela. Estado e Capital em uma China com classes. **Revista Econ. Contemp**., v. 22, n. 1, p. 1-23, jan./abr. 2018.

PAINCEIRA, Juan Pablo. SALUDJIAN, Alexis. Latin American international integration and global value chains: what changed after the 2008 global financial crisis. **IN:** LEVY-ORLIK, N. BUSTAMANTE-TORRES, J. ROCHON, L. Capital Movements and Corporate Dominance in Latin America. **Edward Elgar Publishing**. 2023. Disponível em: https://china.elgaronline.com/view/edcoll/9781800372139/97818003

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Trad. Fanny Wrabel. 2º ed. Editora Compus. Rio de Janeiro: 1944/2000.

PUN, Ngai. The new Chinese working class in struggle. **Dialectical Anthropology**, v. 44. p. 319–329. 2020.

QI, Hao. Semi-Proletarianization in a Dual Economy: The Case of China. **Review of Radical Political Economy,** 51(4): 553-561. 2019.

QI, Hao. The historical peak of the rate of surplus value and the "New Normal" of the chinese economy: a political economy analysis. **Revista de Economia Contemporânea.** Vol. 22. nº 1. p. 1-22. 2022.

RAZAFINDRAKOTO, Mireille. ROUBAUD, François. SALUDJIAN, Alexis. Dynamique de l'informalité et reconfigurations du marché du travail sur longue période au Brésil. **Texto para Discussão** 017. Instituto de Economia, UFRJ: 2021.

ROZELLE, Scott. XIA, Yiran. et. al. Moving Beyond Lewis: Employment and Wage Trends in China's High and Low-Skilled Industries and the Emergence of an Era of Polarization. **Comparative Economic Studies.** vol. 62. p. 555-589. 2020.

SALUDJIAN, Alexis. BRAGA, João P. FERNANDES, Rodrigo. O valor das Cadeias Globais de Valor: uma análise crítica da abordagem teórica sobre as CGV. **Revista Pesquisa e Debate**, v. 35, n. 2, 2022.

SILVER, Beverly J. Forças do trabalho: **movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870.** Trad. Fabrizio Rigout. Ed. Boitempo, São Paulo: 2005.

SILVER, Beverly J.; ZHANG, Lu. China as an Emerging Epicenter of World Labor Unrest. IN: Ho-fung, Hung. **China and the Transformation of Global Capitalism**. 2009.

SMITH, Chris; PUN, Ngai. Class and Precarity: An Unhappy Coupling in China's Working Class Formation. **WES: Work, Employment and Society**, vol. 32 (3), 599-615, 2018.

SO, Alvin Y. The changing pattern of classes and class conflict in China. **Journal of Contemporary Asia**, Vol. 33 nº 3, 2003.

SWIDER, Sarah. Informal and Precarious Work: The precariat and China. **Rural China: An International Journal of History and Social Science** 14, 19-41. 2017.

ZHOU, Yang. Trapped in the platform: Migration and precarity in China's platform-based gig economy. **EPA: Economy and Space**. p. 1-16. 2022.